

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-103.190/19-60

- **OBJETO:** Credenciamento de operadoras de planos de assistência à saúde suplementar registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- **FUNDAMENTAÇÃO:** A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS tem interesse em que o maior número possível de empresas se credencie para a prestação de serviços, nos moldes propostos, a fim de proporcionar a seus funcionários e respectivos dependentes um plano de saúde que tenha como referência o atual padrão de atendimento do plano próprio de saúde médico-hospitalar oferecido pela empresa.
- **PRAZO E ENDEREÇO PARA ENTREGA DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:**

PRAZO: Do dia 21/10/2019 ao dia 04/11/2019. (dias úteis).

HORÁRIO: Das 09h30 às 17 horas.

ENDEREÇO: Sala de Reuniões da GECOL/CPL – BHTRANS – Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902.

Os(as) interessados(as) deverão entregar o envelope à Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a qualquer um dos membros da CPL, no local, data e horário indicados acima.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.
- **CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS:** Até 2 (dois) dias úteis antes da data inicial fixada para a entrega do envelope dos documentos para habilitação, exclusivamente através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br, nos termos do item 1.1 deste Edital.
- **AVISOS SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO:** Os avisos sobre este Chamamento serão publicados no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM e divulgados na *internet*, através do site www.pbh.gov.br.
- **INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO:** As informações sobre o andamento deste Chamamento e os resultados dos julgamentos e de recursos, se houver, serão publicados unicamente no DOM e disponibilizados na *internet* no site www.pbh.gov.br.
- **SITE PARA CONSULTAS E DOWNLOAD DO EDITAL:** www.pbh.gov.br.
- **SITE DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – DOM:** www.pbh.gov.br/dom.
- **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:** Até 2 (dois) dias úteis antes da data inicial fixada para a entrega do envelope de habilitação, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Chamamento Público, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, obedecendo as disposições do Capítulo 8 deste Edital.



PREÂMBULO

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 158/2018 de 20 de dezembro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Chamamento Público n.º 03/2019, com a finalidade de credenciar operadoras de planos de assistência à saúde suplementar registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme especificações e detalhamentos contidos nos anexos deste Chamamento Público, em especial no Termo de Referência – Anexo I, nos Critérios de Precificação – Anexo II, na Distribuição de Beneficiários – Anexo III, nos termos da Lei Federal n.º 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BHTRANS e demais legislações aplicadas.

CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – As consultas e os esclarecimentos serão respondidos pela CPL, respeitada a legislação pertinente, devendo os interessados formular consultas por escrito (e-mail ou Correios), no prazo estipulado na folha de rosto deste Edital.

1.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão disponibilizadas através da internet (www.pbh.gov.br) e/ou publicadas no DOM.

1.1.2 – As dúvidas e/ou esclarecimentos de caráter interpretativo, que não venham a influenciar no entendimento e participação de outros interessados, serão respondidas diretamente ao(s) PROPONENTE(s) através de e-mail.

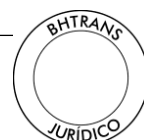
Integram este Edital:

ANEXO I	–	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	–	CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO
ANEXO III	–	DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
ANEXO IV	–	MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE
ANEXO V	–	DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE A PROPONENTE NÃO EMPREGA TRABALHADOR NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO INC. I DO ART. 71 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA BHTRANS
ANEXO VI	–	DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA
ANEXO VII	–	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VIII	–	SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO IX	–	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO X	–	MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CAPÍTULO 2 OBJETO

2 – OBJETO

2.1 – Credenciamento de operadoras de planos de assistência à saúde suplementar registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.





2.1.1 – As operadoras deverão, na forma de consignação em folha de pagamento nos termos do Decreto Municipal 15.573/14 e suas alterações, prestar serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, fisioterapia, psicológica, farmacêutica na internação e odontológica, com coparticipação, de abrangência para região metropolitana de Belo Horizonte, a todos os empregados da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. - BHTRANS, bem como aos respectivos dependentes e aposentados atualmente vinculados ao Plano de Assistência Médica e Hospitalar - PAMEH que poderão aderir, ou não, no âmbito e condições de cobertura estabelecidas pelo plano/seguro saúde por eles eventualmente escolhido, dentre aqueles contratados.

2.1.2 – As PROPONENTES poderão se candidatar ao credenciamento de quaisquer planos que forem de seu interesse, não existindo número mínimo ou máximo de planos para credenciar-se, desde que cumpram as exigências necessárias para qualificação em cada plano.

2.2 – As especificações e detalhamentos das condições para prestação dos serviços estão descritos no Termo de Referência – Anexo I, nos Critérios de Precificação – Anexo II, na Distribuição de Beneficiários – Anexo III e na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo X.

CAPÍTULO 3

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO

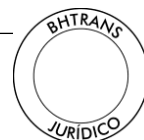
3.1.1 – Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, que operem no ramo do objeto, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

3.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.2.1 – A participação neste procedimento estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega do envelope, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) com falência decretada;
- b) em funcionamento sob regime de consórcio;
- c) empresas estrangeiras sem funcionamento no país.
- d) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da BHTRANS;
- e) em suspensão temporária e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Belo Horizonte e/ou suas Unidades descentralizadas e/ou vinculadas;
- f) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela Administração Municipal de Belo Horizonte e/ou suas Unidades descentralizadas e/ou vinculadas, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- g) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- h) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- i) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- j) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- k) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

3.2.1.1 – Aplica-se a vedação prevista no item 3.2.1:





a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

b.1) dirigente da BHTRANS;

b.2) empregado da BHTRANS cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

b.3) autoridade do ente público a que BHTRANS esteja vinculada.

c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a BHTRANS ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

3.2.1.2 – O fornecedor incluído no cadastro referido no art. 37 da Lei Federal nº 13.303 de 2016 não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução do Termo de Credenciamento.

3.2.1.2.1 – Serão excluídos do cadastro referido no subitem anterior, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos que deram causa à restrição contra eles promovida.

3.2.2 – A observância das vedações dos subitens 3.2.1 a 3.2.1.2 é de inteira responsabilidade da PROPONENTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

3.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DO ENVELOPE

3.3.1 – O envelope contendo a documentação para habilitação deverá ser entregue no local, data e horário indicados na folha de rosto deste Edital.

3.3.2 – O envelope indicado no subitem anterior deverá estar devidamente lacrado, rubricado no fecho e identificado em sua parte externa com os seguintes dizeres:

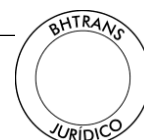
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 03/2019 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO	
À Comissão Permanente de Licitação – CPL da BHTRANS Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS	
Local:	Sala de Licitações da BHTRANS
Endereço:	Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Buritis 30455-902 – Belo Horizonte/MG
Nome/Razão Social da Empresa CNPJ / Telefone(s) / E-mail	

3.3.3 – A protocolização do envelope fora do prazo estabelecido determinará o impedimento da participação da PROPONENTE.

3.3.4 – Não serão aceitos documentos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 3.3.5.

3.3.5 – O envelope contendo os documentos para habilitação, quando enviado por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente será considerado para o Chamamento Público se der entrada no Protocolo da CPL até a data limite e hora definidos, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

3.3.6 – A entrega do envelope configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.





3.4 – DOS REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS PROPONENTES

3.4.1 – A(s) PROPONENTE(S) poderá(ão) indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento de credenciamento e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a *posteriori*, por sua representada.

3.4.2 – O instrumento que comprovará a representatividade da PROPONENTE será:

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo IV, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao Chamamento Público.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da PROPONENTE, com poderes para representá-la em conjunto, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e, ainda, apresentar a Carta de Credenciamento – Anexo IV ou Instrumento Público ou Particular de Procuração.
- c) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da PROPONENTE, com poderes para representá-la isoladamente, deverá apresentar apenas o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento – Anexo IV, deverá ser apresentada documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social, etc.).

3.4.4 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário/sócio/dirigente) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

3.4.5 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 3.4.2, a PROPONENTE ficará sem representante perante a Comissão Permanente de Licitação.

3.4.6 – Os documentos indicados no item 3.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

CAPÍTULO 4 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O envelope de documentação deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

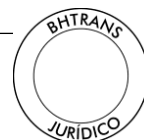
4.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

4.1.2 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.2.1 – Os documentos relacionados no subitem 4.1.2 poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada.

4.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.





4.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários) do domicílio ou sede da PROPONENTE.

4.2.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

4.2.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

4.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.2.5 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal (subitem 4.2.1) e Regularidade perante o INSS (subitem 4.2.2), deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

4.3.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa PROPONENTE.

4.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Para participação nos Planos 1 a 5:

4.4.1 – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) em nome da PROPONENTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a PROPONENTE tenha prestado serviços de operadora de plano de saúde para, no mínimo, 1.000 (um mil) beneficiários.

b) Para participação no Plano 6:

4.4.2 – Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) em nome da PROPONENTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a PROPONENTE tenha prestado serviços de operadora de plano odontológico para, no mínimo, 1.000 (um mil) beneficiários.

4.4.3 – Os atestados poderão ter seus quantitativos somados, caso os serviços neles referidos tenham sido executados em datas concomitantes.

4.4.4 – O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do emitente.

4.5 – DECLARAÇÃO expressa de que a PROPONENTE não emprega trabalhador nas situações previstas no Inc. I do art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da BHTRANS, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo V.

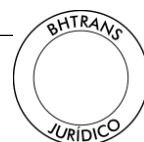
4.6 – DECLARAÇÃO de superveniência, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo VI.

4.7 – DECLARAÇÃO prevista no Anexo VII – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE.

4.8 – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO para operadoras de planos de assistência à saúde suplementar registradas na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devidamente preenchido e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo VIII.

4.9 – PROPOSTA DE PREÇOS, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo do Anexo IX, observado o disposto nos subitens 4.14.9 a 4.14.9.4.

4.10 – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 100, de 03 de junho de 2005.





4.11 – DECLARAÇÃO que possui Rede Preferencial contendo minimamente 3 (três) ou mais hospitais gerais somando no mínimo 330 (trezentos e trinta) leitos, 1 (um) hospital pediátrico, 2 (dois) hospitais maternidade, 1 (um) hospital psiquiátrico, 2 (duas) unidades de pronto atendimento com pelo menos uma com plantão 24 (vinte e quatro) horas de cardiologia, neurocirurgia, neurologia, ortopedia, análises clínicas e radiologia, 2 (duas) unidades de pronto atendimento pediátrico, 1 (uma) unidade de pronto atendimento oftalmológico para os planos assinalados como rede preferencial no item 5.4 do Termo de Referência – Anexo I.

4.12 – DECLARAÇÃO que possui Rede Ampla contendo minimamente 6 (seis) ou mais hospitais gerais somando 660 (seiscentos e sessenta) leitos, 1 (um) hospital pediátrico, 2 (dois) hospitais maternidade, 1 (um) hospital psiquiátrico, 05 (cinco) unidades de pronto atendimento com pelo menos uma com plantão 24 (vinte e quatro) horas de cardiologia, neurocirurgia, neurologia, ortopedia, análises clínicas e radiologia, 3 (três) unidades de pronto atendimento pediátrico, 1 (uma) unidade de pronto atendimento oftalmológico para os planos assinalados como rede ampla no item 5.4 do Termo de Referência – Anexo I.

4.13 – Apenas para as PROPONENTES que optarem por Planos de Saúde da Família (planos 3 e 4), DECLARAÇÃO que possui, para os Planos de Saúde da Família, uma Unidade própria para atendimento, além da rede preferencial mínima explicitada no item 4.11.

4.14 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

4.14.1 – CADASTRO NO SUCAF

4.14.1.1 – Os documentos relacionados nos subitens 4.2.1 a 4.3.1 poderão ser substituídos pelo Comprovante de Cadastro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF. Os demais documentos exigidos neste Capítulo deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação.

4.14.1.2 – A PROPONENTE poderá estar habilitada em qualquer linha de fornecimento (material e/ou serviços).

4.14.1.2.1 – Caso a PROPONENTE seja convocada para assinar o Termo de Credenciamento, esta deverá comprovar cadastro no SUCAF em conformidade com o item 7.2 deste Edital.

4.14.1.3 – A CPL fará consulta à base de dados do SUCAF para emissão do documento “Situação do Fornecedor”, que deverá comprovar a regularidade dos documentos habilitatórios junto aos órgãos pertinentes, incluindo o Certificado de Registro Cadastral – CRC.

4.14.1.3.1 – A PROPONENTE que estiver com algum documento em situação irregular junto ao SUCAF, deverá incluir, previamente, no ENVELOPE, documento substituto que comprove, na data de apresentação do envelope de habilitação, a regularidade do documento indicado na consulta como irregular, sob pena de inabilitação.

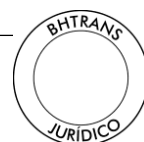
4.14.1.4 – A CPL não aceitará recibo de protocolo de documentos, em substituição ao comprovante de cadastro no SUCAF.

4.14.2 – Todos os documentos previstos neste Capítulo deverão ser emitidos da seguinte forma:

- a) caso a PROPONENTE seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) caso a PROPONENTE seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) o(s) atestado(s) de capacidade técnica, quando previsto(s) neste Edital, poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da PROPONENTE, com CNPJ da matriz e/ou da filial.

4.14.3 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

4.14.3.1 – O comprovante de cadastro emitido pelo SUCAF e as Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.





4.14.3.2 – A CPL poderá efetuar consulta aos sites dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

4.14.3.3 – Em caso de dúvida quanto à autenticidade ou validade de documento, a Comissão Permanente de Licitação concederá a PROPONENTE o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação do documento original, ou em cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da BHTRANS, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

4.14.4 – A não apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa exigidas nos subitens 4.2.1 a 4.2.5 não implicará na inabilitação da PROPONENTE, uma vez que a CPL poderá efetuar consulta à base de dados do ente responsável pela emissão da certidão.

4.14.4.1 – A CPL não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constadas, a PROPONENTE será inabilitada.

4.14.5 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

4.14.6 – As certidões e demais documentos que possuem validade deverão estar com vigência plena na data de apresentação do envelope.

4.14.6.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data de apresentação do envelope, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

4.14.7 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 13.791/2009, observando as disposições seguintes.

4.14.7.1 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal e/ou trabalhista.

4.14.7.2 – Havendo alguma restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada habilitada, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.14.7.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

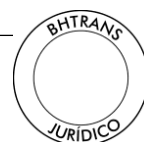
4.14.7.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

4.14.7.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 4.14.7.2 ou, se for o caso, no subitem 4.14.7.3, implicará decadência do direito à assinatura do Termo de Credenciamento, sendo facultado à Administração convocar as PROPONENTES remanescentes.

4.14.8 – Para efeito do julgamento da habilitação, a CPL considerará como referência para a validação dos documentos a data de apresentação do envelope.

4.14.9 – A Proposta de Preços deverá ser encaminhada, preferencialmente, de acordo com o Modelo de Proposta de Preços – Anexo IX, em 1 (uma) via, contendo a identificação da PROPONENTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

- a) Valor(res) do(s) plano(s) proposto(s) por faixa etária numericamente e por extenso;
- b) Valores da coparticipação por evento (para cada plano proposto) numericamente e por extenso.





4.14.9.1 – Para cada plano a ser credenciado (com exceção do Plano Odontológico), as PROPONENTES deverão apresentar um quadro de coparticipação, conforme Anexo IX – Modelo de Proposta de Preços. Este quadro deverá ser apresentado junto com os valores do plano, separadamente para cada plano a ser credenciado (planos 1 a 6).

4.14.9.2 – A PROPONENTE deverá observar as seguintes condições de variação em cada mudança de faixa etária (com exceção do Plano Odontológico):

a) O valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária;

b) A variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas.

4.14.9.2.1 – Caso alguma PROPONENTE apresente valores fora dessas regras, a mesma será inabilitada.

4.14.9.3 – A proposta da PROPONENTE deverá observar os valores mínimos e máximos apresentados no Anexo II – Critérios de Precificação.

4.14.9.4 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS

5.1 – A Comissão Permanente de Licitação – CPL procederá ao julgamento da habilitação da(s) PROPONENTE(S), nos termos deste Edital, em especial do Capítulo 4.

5.1.1 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter o(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (item 4.4) e os documentos previstos nos itens 4.9 a 4.13 à apreciação/análise da Gerência de Administração de Recursos Humanos – GEARH da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

5.2 – A(s) PROPONENTE(s) que deixar(em) de atender às exigências deste Edital será(ão) declarada(s) inabilitada(s). Neste caso, será concedido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação do resultado para regularização e reapresentação de novo envelope com a documentação exigida no Capítulo 4.

5.3 – A(s) PROPONENTE(S) que atender(em) todos às exigências para habilitação previstas neste Edital será(ão) considerada(s) habilitada(s).

5.4 – O resultado de habilitação ou inabilitação será feito mediante publicação do Diário Oficial do Município – DOM e no site www.pbh.gov.br.

5.5 – A PROPONENTE, convocada para prestar qualquer esclarecimento adicional, deverá fazê-lo no prazo determinado pela CPL, sob pena de impedimento ao credenciamento.

5.6 – É facultada à CPL, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

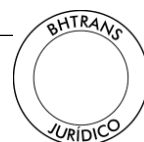
5.7 – A CPL poderá, no julgamento da documentação apresentada para habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

5.8 – A CPL poderá solicitar parecer técnico de outras áreas da BHTRANS para subsidiar as suas decisões.

CAPÍTULO 6 DO CREDENCIAMENTO

6.1 – Será(ão) considerada(s) apta(s) a se credenciar(em) a(s) PROPONENTE(s) que tenha(m) sido habilitada(s).

6.2 – Será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM o(s) nome(s) da(s) PROPONENTE(s) apta(s) a se credenciar(em).





CAPÍTULO 7

PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

7.1 – Após a publicação da(s) empresa(s) apta(s) a se credenciar(em), a(s) mesma(s) será(ão) convocada(s) pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para assinatura do Termo de Credenciamento (Anexo X) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair o direito ao credenciamento, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.2 – A assinatura do Termo de Credenciamento ficará condicionada à apresentação, pela(s) PROPONENTE(S), dos seguintes documentos à BHTRANS:

- a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;
- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou Contrato Social;
- c) Comprovação do cadastro com situação regular junto ao SUCAF.
- d) Registro dos planos apresentados junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, contendo as características definidas no Termo de Referência – Anexo I.
- e) Comprovação da rede de atendimento de acordo com o plano ofertado, conforme itens 4.11, 4.12 e 4.13 deste Edital, por meio de registro do(s) plano(s) na ANS e descritivo detalhado da rede por plano.
- e.1) O descritivo acima deverá ser entregue em papel timbrado garantindo que está em funcionamento e indicando quais prestadores de serviços e/ou estrutura própria cumprem o que foi solicitado, contendo nome do prestador e descrevendo sua estrutura.
- f) Para os planos de Saúde da Família (Plano 3 e Plano 4), registro do plano ou documento equivalente que garanta o funcionamento do modelo conforme descrito no item 5.6 do Termo de Referência – Anexo I.

7.2.1.1 – Para atendimento da alínea “c” do subitem anterior, a(s) empresa(s) apta(s) a se credenciar(em) deverá(ão) requerer seu(s) cadastramento(s) diretamente ao SUCAF, no seguinte endereço:

- Para atendimento presencial dirigir-se à Unidade do BH RESOLVE:

Endereço: Av. Santos Dumont, 363 - 1º andar – Centro (com entrada, também, pela Rua dos Caetés, 342). Horário de Funcionamento: 8h às 18 horas.

- Para interessados SEDIADOS FORA DE BELO HORIZONTE, encaminhar documentação para:

Gerência de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa – SMAGEA.

Endereço: Rua Espírito Santo, 605 - 14º andar - Bairro Centro - CEP 30.160-919.

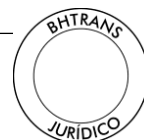
Telefone: 0xx 31 3277-4677.

e-mail: gemecc@pbh.gov.br

7.3 – O prazo previsto no item 7.1 poderá ser prorrogado se solicitado durante o seu transcurso pela PROPONENTE e desde que decorra de motivo justificado, aceito pela BHTRANS.

7.4 – A recusa injustificada em assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo previsto no item 7.1 será configurada como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a PROPONENTE infratora às sanções legais cabíveis.

7.5 – O descumprimento do disposto na alínea “c” do item 7.2 será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a PROPONENTE infratora às sanções legais cabíveis.





CAPÍTULO 8 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

8.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

8.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para início do recebimento do envelope de documentos para habilitação, qualquer interessado poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que oviciariam.

8.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não ser conhecida:

a) ser dirigida à Comissão Permanente de Licitação;

b) ser apresentada em uma via original, contendo razão social, CPF/CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail do impugnante, rubricada em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado(s) por meio de Contrato Social, se sócio, Contrato Social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública;

c) ser protocolizada na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, ou encaminhada para o e-mail bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até às 17 horas do dia de seu vencimento.

8.1.3 – A CPL não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, caso não tenha sido acusado recebimento pela Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

8.1.4 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem 8.1.1, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

8.1.5 – As impugnações de caráter interpretativo, que não venham a influenciar o entendimento e participação de outras empresas, terão suas respostas enviadas apenas ao impugnante via e-mail.

8.1.5.1 – Caso a decisão da Comissão Permanente de Licitação gere retificação no Edital e/ou Anexos, esta será disponibilizada através da internet (www.pbh.gov.br) e publicada no DOM.

8.1.6 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, após o prazo indicado no subitem 8.1.1, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES

8.2.1 – A PROPONENTE poderá apresentar recurso contra o resultado do julgamento dos documentos para habilitação e nos casos de anulação e revogação do certame.

8.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais participantes por meio de publicação no Diário Oficial do Município – DOM e no site da PBH, que poderão impugná-lo no prazo legal.

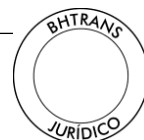
8.2.3 – O recurso (e respectivas contrarrazões) deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não ser conhecido:

a) ser dirigido à Diretora de Finanças e Controle da BHTRANS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no Diário Oficial do Município – DOM;

b) ser dirigido à Diretora de Finanças e Controlada BHTRANS, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação dos atos;

c) ser apresentado em uma via, contendo razão social, CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado(s) por meio de Contrato Social, se sócio, Contrato Social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública;

d) ser protocolizado na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, ou encaminhada para o e-mail bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até às 17 horas do dia de seu vencimento;





e) Na hipótese da interposição de recursos ou contrarrazões à distância, os documentos que porventura o integrem como anexos deverão ser protocolizados (original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial, ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pela CPL) na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, em até 2 (dois) dias úteis a contar da interposição dos mesmos.

8.2.3.1 – A CPL não se responsabilizará por recursos ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, caso não tenha sido acusado recebimento pela Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

8.2.4 – A intimação dos atos referidos na alínea “b” do subitem 8.2.3 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

8.2.5 – As PROPONENTES poderão desistir do direito de recorrer antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à Comissão Permanente de Licitação – CPL.

8.2.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.2.7 – O recurso será julgado nos termos da lei.

8.2.8 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no Diário Oficial do Município – DOM e no *site* da PBH.

CAPÍTULO 9 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1 – A gestão do Termo de Credenciamento será exercida Diretoria de Recursos Humanos – DRH da BHTRANS.

9.2 – A fiscalização do Termo de Credenciamento será exercida pela Gerência de Administração de Recursos Humanos – GEARH da BHTRANS.

CAPÍTULO 10 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DO CREDENCIAMENTO

10.1 – CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

As condições de apresentação do faturamento, do pagamento e do reajustamento de preço estão definidas na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo X.

10.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2.1 – O custeio do Plano de Assistência à Saúde Suplementar será de responsabilidade da BHTRANS e dos beneficiários titulares, através de contribuições mensais, conforme regulamento próprio.

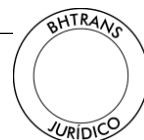
10.2.2 – As despesas decorrentes do presente credenciamentode responsabilidade da BHTRANS serão providas por recursos próprios consignados no orçamento da BHTRANS à Conta Contábil 312.02.02, Centro de Custo 11040, Funcional Programática n.º 26.452.060.2567, Natureza de Despesa 339008, Item 01, Fonte 0300, Subação 002, Unidade Orçamentária 2709 e Unidade Administrativa 1100.

CAPÍTULO 11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – As sanções administrativas estão descritas na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo X.

CAPÍTULO 12 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 – As obrigações da(s) CREDENCIADA(S) e da BHTRANS estão previstas na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo X.





CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se aos interessados formularem consultas à Comissão, por escrito através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até o 2º (segundo) dia útil antes da data inicial fixada para o recebimento do envelope de documentos para habilitação.

13.2 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no Diário Oficial do Município – DOM e/ou disponibilizadas no site: www.pbh.gov.br.

13.3 – As respostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por e-mail diretamente ao interessado que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no site: www.pbh.gov.br.

13.4 – A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do interessado, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.5 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas PROPONENTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

13.6 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o Chamamento Público, e relevar omissões ou erros formais, observados na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Chamamento Público, sendo possível a promoção de diligência junto aos interessados, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

13.7 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original ou em cópias legíveis autenticadas por cartório competente.

13.8 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da PROPONENTE.

13.9 – A participação da PROPONENTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.10 – O presente Chamamento Público não importa, necessariamente, em credenciamento, podendo a BHTRANS revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

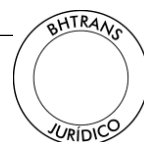
13.11 – O presente Chamamento Público não garante exclusividade às empresas credenciadas podendo, a critério exclusivo da BHTRANS, ser aberto novo Chamamento Público com a mesma finalidade.

13.12 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, o prazo para encerramento do recebimento do envelope de documentos para habilitação.

13.13 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

13.14 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Termo de Credenciamento (Anexo X), deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a CREDENCIADA convocada alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

13.15 – Todos os procedimentos relativos ao presente Chamamento Público, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.





13.16 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas deste Chamamento Público.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2019.

Patrícia Passeli

Diretora de Finanças e Controle
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

CPL – BHTRANS

Av. Eng. Carlos Goulart, 900, Prédio 1 – Bairro Buritis
CEP: 30455-902 – Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 3379-5591
Site: www.pbh.gov.br/bhtrans
e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br

